



Jefferson Rudy/Agência Senado



Sessão do Congresso Nacional no Plenário da Câmara dos Deputados: parlamentares votaram vetos presidenciais, projetos de crédito suplementar e a lei orçamentária para 2017, já com o teto de gastos

Congresso aprova Orçamento de 2017 com teto para gasto público

Previsão de gastos para o próximo ano, de R\$ 3,5 trilhões, obedece a limites determinados por emenda constitucional promulgada ontem

O Congresso Nacional aprovou ontem a Lei Orçamentária Anual para 2017, que foi ajustada ao que determina a emenda constitucional do limite de gastos públicos.

A previsão de despesas para o próximo ano é de R\$ 3,5 trilhões, de acordo com o teto fixado

pela emenda. As despesas com a Previdência Social, cuja reforma começou a tramitar na Câmara, estão projetadas em R\$ 562,3 bilhões.

O relator-geral do Orçamento, Eduardo Braga, elevou os recursos da saúde de R\$ 105,5 bilhões, previstos pelo Executivo, para R\$ 115,3 bilhões,

de modo a atingir o piso constitucional. Para tanto, contou com recursos de emendas parlamentares e da reestimativa líquida de receita, elevada em R\$ 10,1 bilhões. A área de educação deve receber R\$ 85,6 bilhões em 2017, dos quais R\$ 52,2 bilhões são recursos vinculados. **3**

Promulgada PEC que impõe limite a despesa do governo por 20 anos

O Congresso promulgou ontem a Emenda Constitucional 95, defendida pelo governo como essencial para o reequilíbrio fiscal. Aprovada pelo Senado na terça-feira,

depois de muita discussão entre os senadores e diversos protestos pelo país, a proposta limita o aumento das despesas públicas à inflação. O regime valerá para todos os Poderes. **4**

Vão a sanção projetos de crédito orçamentário **3**

Novo sistema para pagar precatórios é instituído **3**

Seminário propõe novas políticas para as mulheres **2**

Mesa do Senado recorre de liminar do ministro Fux **2**



Luiza Chomentar/Gov. RS

Debatedores advertiram que o Pampa, no sul do país, está ameaçado pelo avanço da agropecuária e da mineração

Especialistas pedem proteção para o Pampa

Em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, os debatedores pediram a aprovação de uma emenda à Constituição que inclui o Pampa, o Cerrado e a Caatinga entre

os biomas que são patrimônio nacional. O senador Paulo Paim, que pediu a audiência, disse que vai colocar a proposta em votação no Plenário no ano que vem. **4**

Encontro foi marcado por protestos e denúncias de representantes de movimentos de mulheres e de grupos LGBT. Elas pediram mais respeito e poder para as minorias

Seminário faz sugestões para pauta feminina

O ÚLTIMO DIA do seminário Mulheres no Poder: diálogo sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência foi marcado por protestos e denúncias de movimentos de mulheres estudantes, sindicalistas, rurais, negras, indígenas e militantes de grupos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros).

A transexual Diva Veríssima, do Movimento TransBrasil, falou sobre o desrespeito ao uso do nome social de transexuais em eventos públicos.

— Será que, na visão dos organizadores, o termo mulher não nos engloba? Será que veem a nós como homens de vestido? Somos tão mulher quanto qualquer outra! — desabafou.



Senadora Fátima Bezerra (3ª à esq.), entre as participantes do seminário

Em nome do Fórum de Mulheres do Mercosul, a ex-senadora Emília Fernandes considerou essencial abrir mais espaço para as entidades não governamentais ligadas ao movimento feminista serem ouvidas pelas instâncias decisórias.

— As mulheres são a força,

a consciência e a esperança deste país.

Ações afirmativas

Outro painel trouxe para o Senado a voz de mulheres empreendedoras, que lutam por ações afirmativas de gênero no setor privado. A mesa-redonda foi marcada pela presença da

diretora-executiva da Mauricio de Sousa Produções, Mônica de Sousa.

— As meninas fortes de hoje serão as mulheres incríveis de amanhã — disse a executiva que, na infância, inspirou o pai a criar a protagonista da Turma da Mônica.

Empendedororas

Segundo a fundadora da Rede Mulher Empreendedora, Ana Lúcia Fontes, as mulheres são 52% dos micros e pequenos empresários do país e 44% sustentam as próprias casas. Para ela, a compreensão do impacto positivo do negócio feminino extrapola o sucesso individual ou o lucro.

— Quando você pergunta a um homem por que abre um negócio, ele fala em dinheiro;

quando você pergunta a uma mulher, ela lhe fala de sonhos, de vontade de ter outra vida.

A experiência de Ana Lúcia à frente da Rede Mulher Empreendedora levou-a a compreender o papel do empreendedorismo na emancipação de relações abusivas.

— Quando você é dona de seu dinheiro, ninguém manda na sua vida — afirmou.

O seminário foi organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, o Banco Mundial e a ONU Mulheres. O encontro reuniu legisladores, representantes dos setores público e privado, o movimento organizado de mulheres e organismos internacionais.

Senado, Câmara e TCU assinam termo de cooperação técnica

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ontem o segundo termo aditivo ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o Senado, a Câmara e o Tribunal de Contas da União (TCU). A parceria entre as três instituições visa ao intercâmbio de informações e parceiros para facilitar o processo legislativo.

O presidente do TCU, Aroldo Cedraz, disse que a parceria vai facilitar o compartilhamento das políticas públicas com a sociedade brasileira.

— Trata-se de um compromisso de cooperação técnica por meio de uma rede integrada que viabiliza a troca de informações para atender os anseios da sociedade.

O ouvidor da Câmara, Heráclito

Fortes (PSB-PI), afirmou que o acordo tem por objetivo a articulação de esforços entre as instituições.

— Esse acordo aumenta a transparência e facilita a participação do cidadão não apenas no processo legislativo, mas também nas ouvidorias públicas e na obtenção de dados sobre as políticas públicas.

Segundo a ouvidora do Senado, Lúcia Vânia (PSB-GO), a assinatura deste segundo acordo é uma continuação do acordo assinado em 2012 e melhorou o acesso às três ouvidorias e aos cursos oferecidos pelo Senado, Câmara e TCU.

— As ações dos órgãos de forma conjunta permitem o funcionamento das instituições com um custo menor e mais eficiente.

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), destacou que o acordo usa ferramentas do mundo globalizado para entregar um trabalho mais eficiente à população.

Renan afirmou que o gerenciamento de dados é de suma importância para qualquer instituição e que, sem uma triagem de informações, nenhuma ação será exitosa.

— Com esse espírito, o Senado firma este acordo para facilitar as ações das ouvidorias. Este acordo já rendeu frutos à sociedade e tornou célere o acesso das informações.

Ele anunciou que, para coroar a parceria, vai ser instalado um sistema de gerenciamento entre as ouvidorias a partir de 2017.

Ouvidoria recebe quase 80 mil manifestações de cidadãos

A Ouvidoria do Senado registrou em 2016, até novembro, 79.157 manifestações recebidas de cidadãos. De acordo com balanço do órgão, 97% já foram respondidas, enquanto 3% estão pendentes, mas dentro do prazo de resposta.

O total de 2016, mesmo não considerando dezembro, já supera o ano passado em 27%.

Entre os temas mais tratados pelos cidadãos, estão organização político-administrativa, atuação parlamentar, gestão administrativa e finanças e tributação.

A Ouvidoria também trabalhou em parceria com a Secretaria-Geral da Mesa para levar aos senadores as opiniões dos cidadãos sobre proposições legislativas.

Congresso elege comissão que atuará no recesso parlamentar

O Senado elegeu seus representantes na Comissão Representativa do Congresso, que atuará no recesso parlamentar, de 23 de dezembro a 31 de janeiro de 2017.

A comissão tem 16 deputados e 7 senadores titulares e igual número de suplentes. Eles deverão exercer as atribuições urgentes que não podem aguardar pelo reinício do período legislativo, em fevereiro.

Os senadores titulares são Waldemir Moka (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-RR), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Paulo Rocha (PT-PA), Fernando Collor (PTC-AL), Cristovam Buarque (PPS-DF) e José Medeiros (PSD-MT).

Mesa entra com recurso contra liminar do ministro Fux, do STF

O presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou de “indefensável” a liminar expedida na quarta pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando a devolução à Câmara das chamadas dez medidas de combate à corrupção. Fux pede que a proposta (PLC 80/2016) seja reexaminada da “estaca zero” e tramite como projeto de iniciativa popular.

— Essa medida é indefensável

porque interfere no processo legislativo e há uma decisão do Supremo no sentido de que não pode haver essa interferência — observou Renan, dizendo que conversaria com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e avaliaria medidas para reverter a decisão.

Ontem à tarde, Renan anunciou que a Mesa do Senado ajuizou recurso contra a liminar. No recurso, a Advocacia do Senado sustenta que

a tramitação na Câmara foi regular e afirma que a decisão do ministro viola a independência do Legislativo e retira o papel do Senado de Casa revisora.

Ao final do documento, a Advocacia pede que o próprio ministro Luiz Fux revogue a decisão ou que submeta a liminar ao Plenário do STF, para que a tramitação do projeto seja retomada com a máxima urgência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso aprova Orçamento ajustado ao teto

O substitutivo de Eduardo Braga elevou os recursos da saúde para atender o piso fixado pela emenda constitucional promulgada ontem

O CONGRESSO APROVOU ontem a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017. O relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), elaborou um substitutivo ajustado à PEC do Teto de Gastos, promulgada pela manhã em sessão solene do Congresso. Assim, a previsão de gastos do próximo ano, no total de R\$ 3,5 trilhões, obedece ao limite fixado pela Emenda Constitucional 95 (PEC 55/2016).

As despesas com o Regime Geral da Previdência Social, cuja reforma começou a tramitar na Câmara, estão proje-



Sessão do Congresso, no Plenário da Câmara, vota de forma simbólica e rápida o projeto orçamentário para 2017

tadas em R\$ 562,3 bilhões em 2017. O valor orçado com pessoal da União, ativos e inativos (aposentados e pensionistas) é de R\$ 306,9 bilhões.

Isoladamente, o refinanciamento da dívida pública, com

R\$ 946,4 bilhões, é o maior valor no Orçamento. No entanto, o seu impacto é apenas contábil. O gasto ocorre mesmo com pagamento de juros e encargos da dívida, de R\$ 339,1 bilhões, e a parcela que vai para amortizar o principal.

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Congresso, agradeceu os esforços dos relatores, das lideranças e da CMO, além de destacar a participação da oposição, que colaborou para uma “construção de alto nível”.

Cenário para 2017

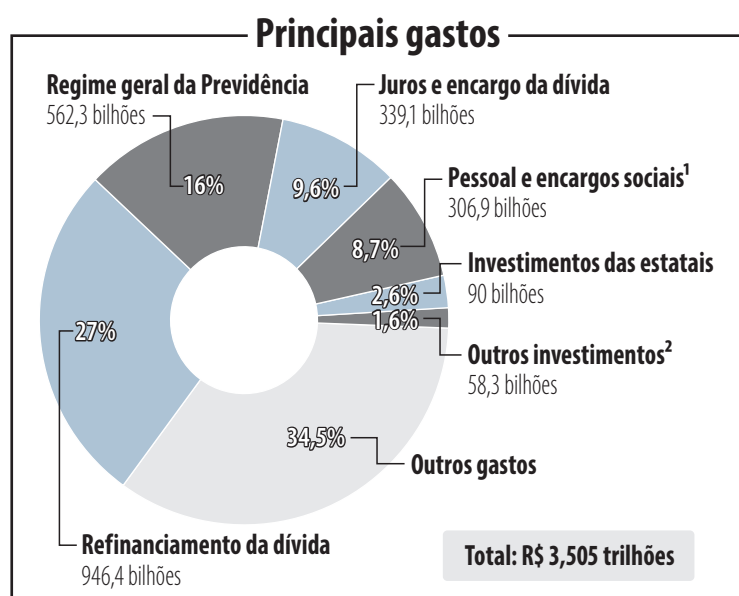


Fonte: Relatório final do senador Eduardo Braga sobre a LOA 2017

de 2016 não corresponda à expectativa.

Saúde

O relator-geral do Orçamento elevou os recursos da saúde, para atender o piso constitucional. A proposta do Executivo destinou R\$ 105,5 bilhões. Braga redefiniu para R\$ 115,3 bilhões, de forma a atender o percentual acertado na PEC 55/2016, que antecipou o piso de 15% da receita corrente líquida da União (RCL) que valeria a partir de 2020. Para tanto, o relator-geral contou com recursos de emendas parlamentares e da reestimativa líquida de receita, que elevou a arrecadação do próximo ano em R\$ 10,1 bilhões. A área de educação deve receber R\$ 85,6 bilhões em 2017, dos quais R\$ 52,2 bilhões correspondem aos recursos vinculados à arrecadação de impostos federais.



Investimentos

As empresas estatais continuam respondendo pelo maior volume de investimentos no país, com R\$ 90 bilhões planejados para o próximo ano. Enquanto a previsão de investimento nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 58,3 bilhões.

A votação da lei orçamentária pelo Plenário do Congresso foi rápida e aconteceu de forma simbólica. O texto havia sido aprovado na quarta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O senador

Limite de gastos

O Orçamento prevê que a União encerrará o exercício de 2016 com R\$ 1,2 trilhão em despesas primárias executadas (excluídos os pagamentos da dívida). Com a incidência do limite de 7,2% para o crescimento da despesa, pelas regras do novo teto de gastos, a LOA conta com cerca de R\$ 1,29 trilhão para despesas primárias no próximo ano, que incluem o custeio dos ministérios e órgãos federais. Esse número poderá mudar, caso a conta final da despesa

Confirmados vetos sobre reforma ministerial, educação infantil e segurança na Rio 2016

O Congresso manteve ontem seis vetos da Presidência. Por acordo entre o governo e a oposição, partes de outros três vetos foram derrubadas. A análise dos vetos era necessária para liberar a pauta.

Foram confirmados os vetos à MP 726/2016, que reduziu o número de ministérios, e à MP 728/2016, que recriou o Ministério da Cultura.

Também foi mantido o veto que atingiu a MP 731/2016,

que extinguiu 10.462 cargos comissionados no Executivo. Foi vetado apenas um dispositivo, que continha uma tabela que, pelo Planalto, fora incluída com erro no texto aprovado.

Foi mantido ainda o veto a dois artigos da MP que libera verba da União aos municípios e ao DF para a educação infantil (MP 729/2016). Os artigos vetados fixavam percentuais e regras frente ao cumprimento de meta de aumento de matrículas em creches.

Outro veto mantido trata de regra para pessoal de segurança nas Olimpíadas, previsto na MP 734/2016. O item vetado liberava a transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública lotado nas demais cidades do estado para o Rio.

Foram mantidos ainda os vetos a cinco dispositivos da MP 732/2016, que fixa em 10,54% o reajuste, neste ano, das receitas patrimoniais decorrentes da

utilização de terrenos e imóveis da União, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.

Um dos vetos derrubados acabava com dispositivo da lei que beneficiou produtores rurais do Norte e do Nordeste prejudicados pela seca e endividados (MP 733/2016).

O Congresso também derrubou o veto ao adicional de insalubridade para agentes comunitários de saúde, proposto no PLC 210/2015. Os outros

itens vetados foram mantidos, como o veto ao dispositivo da lei que concedia prioridade de atendimento a agentes de saúde no Minha Casa, Minha Vida.

Foi derrubado ainda veto à criação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas. O programa constava na lei originada do PLC 125/2015. Os outros itens do veto continuam barrados, como a criação dos escritórios simples de crédito.

Aprovados 29 projetos de crédito orçamentário para órgãos de governo

O Congresso aprovou ontem 29 projetos de créditos orçamentários para diversos órgãos de todos os Poderes, que seguem para a sanção presidencial. Durante a votação, parlamentares destacaram a necessidade de conclusão das obras que estão paralisadas.

— Esse é um compromisso do governo do presidente Michel Temer: os recursos serão aplicados prioritariamente na conclusão de obras — respondeu o líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR).

Entre os créditos aprovados, está o que destina R\$ 95 bilhões para o Ministério da Fazenda, destinado à

cobertura do resultado negativo apurado no Banco Central.

Os Ministérios do Trabalho e Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome recebem o segundo maior repasse, no valor de R\$ 18,4 bilhões. Para o Ministério da Justiça, irão R\$ 2,3 bilhões. O valor será destinado à infraestrutura do sistema penal e à construção de uma prisão em Brasília. O Ministério da Saúde fica com R\$ 1,7 bilhão, que será aplicado na reestruturação dos serviços ambulatoriais dos hospitais universitários federais e no Programa Farmácia Popular.

Promulgado novo regime de pagamento de precatórios por estados e municípios

A Emenda Constitucional 94, que estabelece novo sistema de pagamento de precatórios, foi promulgada ontem pelo Congresso Nacional. De acordo com a norma, poderão ser pagos até 2020, por um regime especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

O texto promulgado origina-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015. A nova norma ajusta o regime de pagamentos à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62, de 2009. Essa emenda previa prazo de 15 anos para os pagamentos.

Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento. Até 2020, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios serão para o pagamento em ordem cronológica de apresentação.

A exceção a essa ordem é a preferência para os relacionados a créditos alimentares quando os beneficiários tiverem 60 anos ou mais, forem portadores de doença grave ou pessoas com deficiência.

Promulgada emenda constitucional que limita gasto público por 20 anos

Defendida pelo governo como saída para a crise, proposta foi aprovada pelo Senado nesta semana depois de muita discussão entre os senadores

O CONGRESSO NACIONAL promulgou ontem a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos. A emenda é originada da PEC 55/2016, a PEC do Teto de Gastos, aprovada pelo Senado na terça-feira.

Encaminhada pelo governo de Michel Temer ao Legislativo com o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, a PEC foi aprovada depois de muita discussão entre os senadores.

De acordo com o texto, o teto para 2017 será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluindo restos a pagar), com a correção de 7,2%, inflação prevista para este ano. A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme



Renan Calheiros (C) preside sessão para promulgação da PEC: teto valerá para todos os Poderes, com limites por órgão

o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A inflação a ser considerada para o cálculo dos gastos será a acumulada em 12 meses, até junho do ano anterior. Assim, em 2018, por exemplo, a inflação usada será a medida entre julho de 2016 e junho de 2017.

O regime valerá para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Dentro de um mesmo Poder, haverá limites por órgão. O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar

peçoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo. A partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato.

Exceções

Algumas despesas não vão ficar sujeitas ao teto. É o caso das transferências de recursos da União para estados e municípios. Também escapam gastos para realização de eleições e verbas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Saúde e educação também

terão tratamento diferenciado. Para 2017, a saúde terá 15% da receita corrente líquida. A educação ficará com 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as áreas passarão a seguir o critério da inflação.

A aprovação da PEC foi criticada por setores da sociedade e gerou manifestações violentas por todo o Brasil. Para os opositores, a iniciativa impedirá investimentos públicos, agravará a recessão e prejudicará os mais pobres. No entanto, a base governista considera a medida fundamental para garantir o reequilíbrio das contas do país.

Especialistas pedem proteção ao bioma Pampa

A inserção do bioma Pampa na Constituição foi defendido ontem por especialistas em meio ambiente na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). De iniciativa do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), a última audiência do ano da CDH debateu a possibilidade de aprovar a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 5/2009, que inclui os biomas Cerrado, Caatinga e Pampa no rol dos biomas considerados como patrimônio nacional.

Paim lembrou a Constituição considera apenas quatro biomas como patrimônio nacional: a Amazônia, a Mata Atlântica, a Zona Costeira e o Pantanal de Mato Grosso.

— Não é questão de nomenclatura, pois os biomas considerados patrimônio nacional têm vários benefícios como incentivos fiscais, programas especiais de desenvolvimento sustentável, de manejo e preservação ambiental.

Os participantes mostraram preocupação com o bioma Pampa, que tem apenas um

terço da área preservada. Eles denunciaram a invasão de mineradoras e o crescimento de lavouras de monocultura e defenderam o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, criticaram o iminente fechamento de instituições de preservação ambiental devido ao corte orçamentário no Rio Grande do Sul.

Trabalhadores criticam reestruturação da Eletrobras

A reestruturação da Eletrobras, com foco na redução de funcionários, pode colocar em risco a capacidade técnica-operacional, alertaram trabalhadores de empresas do setor elétrico em audiência da Comissão de Infraestrutura (CI).

A redução de pessoal e de custos faz parte do objetivo da nova gestão da Eletrobras de tornar a companhia sustentável. Em novembro, a empresa anunciou programa de demissão incentivada.

As concessionárias de energia de seis estados do Norte e Nordeste (Amazonas, Acre,

Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí) devem ser as primeiras a passar pelo processo de desestatização, o que tende a comprometer 7,5 mil empregos, segundo a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que congrega sindicatos do setor. Para representantes dos trabalhadores, a ideia da atual gestão é substituir parte dos servidores por terceirizados.

Os trabalhadores avaliam que a reestruturação vai aumentar as tarifas e piorar a qualidade do serviço. Eles citaram casos de privatizações passadas que não teriam

dado certo. Eles preveem que a privatização de empresas do setor elétrico pode prejudicar a transmissão de energia para áreas pouco lucrativas, como pequenos municípios do Norte:

— A iniciativa privada vai investir onde não tem garantia de retorno? — questionou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Urbanas do Amazonas, Edney Martins.

As ausências de representantes da Eletrobras, do governo e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foram criticadas.

Telmário se licencia do Senado e suplente Thieres Pinto assume

Tomou posse ontem Thieres Pinto (PDT-RR), suplente de Telmário Mota (PDT-RR), que se licencia do Senado por 120 dias para trabalhar na base eleitoral em Roraima e visitar comunidades para discutir os rumos do estado.

— Vou prestar contas do que fiz neste período. Vou andar em comunidades indígenas, assentamentos, municípios, conversar com eleitores. É importante ouvir as reclamações, sugestões e conhecer a realidade do povo — disse Telmário.

Plenário aprova cinco acordos internacionais

O Plenário fez discussão em turno único e aprovou, na quarta-feira, cinco acordos internacionais, previstos em projetos de decreto legislativo, de autoria da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O primeiro trata de intercâmbio de informações e cooperação em segurança pública entre Brasil e Uruguai, assinado em Montevideu em 2011 (PDS 82/2016).

Também foi debatido acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O texto foi assinado em Lisboa em 2007 (PDS 83/2016).

O terceiro acordo aprovado trata de cooperação na área de execução penal entre Brasil e Bélgica, com previsão de transferência de pessoas condenadas. O acordo foi assinado em Bruxelas em 2009 (PDS 84/2016).

O quarto acordo simplifica a concessão de residência permanente com o objetivo de alcançar a livre circulação de pessoas entre Brasil e Uruguai. Foi assinado em Brasília, em 2013 (PDS 85/2016).

O último projeto trata da convenção relativa à citação, intimação e notificação no estrangeiro de documentos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial, assinado em Haia em 1965 (PDS 86/2016).

Membros do Conselho de Comunicação Social são reconduzidos

O Congresso aprovou ontem a recondução de Murilo de Aragão e Davi Emerich como membros do Conselho de Comunicação Social (CCS), na condição de representantes da sociedade civil.

Aragão é advogado, jornalista e cientista político, mestre em ciência política e doutor em sociologia. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Emerich é jornalista com mestrado em comunicação. É servidor do Senado e foi diretor da Secretaria de Comunicação Social.

Reforma do ensino médio chega para análise do Senado

O Senado recebeu duas medidas provisórias aprovadas nesta semana pela Câmara. As MPs tratam da reforma do ensino médio (MPV 746/2016) e da autorização para a importação de papel moeda pelo Banco Central

(MPV 745/2016). As medidas devem ser analisadas após o recesso parlamentar, que vai até o início de fevereiro.

Os deputados fizeram duas mudanças na MP do ensino médio. Uma delas determina a volta da obrigatoriedade

do ensino de filosofia e sociologia. As disciplinas haviam deixado de ser obrigatórias pelo texto original da MP.

Já a MP sobre importação de papel moeda pelo Banco Central foi aprovada pela Câmara com emendas do relator,

deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). O texto autorizou o BC a comprar, sem licitação, papel moeda e moeda metálica fabricados fora do país, por fornecedor estrangeiro, quando houver situação de emergência.